

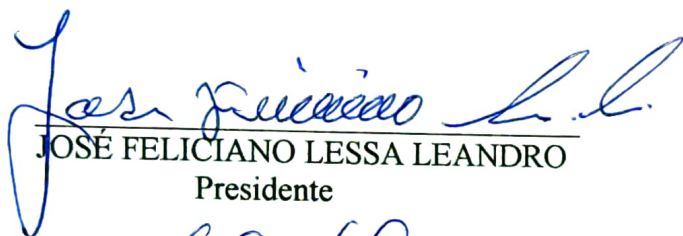
ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE-AL, DO BIÊNIO 2021-2022, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2021, AS 10:00 HORAS.

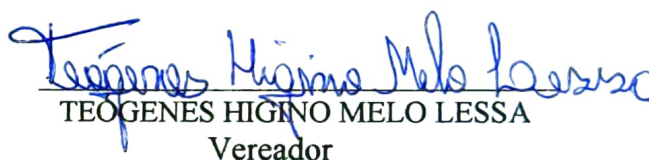
PRESIDÊNCIA: JOSÉ FELICIANO LESSA LEANDRO

Ao décimo quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte um, na sala das sessões da Câmara Municipal de Campo Grande – AL, foi realizada a 8ª Sessão Ordinária do biênio 2021-2022. Fizeram-se presentes à sessão, os vereadores José Aldo de Lima, José Carlos Higino Lima, Daniel Correia Higino Lessa, Teógenes Higino Melo Lessa, Edson Dantas, e, sob a Presidência do Sr. José Feliciano Lessa Leandro e secretariado pelo vereador Saulo Levi de Moura, também presentes. O Sr. Presidente observando número legal, em nome de Deus e pela grandeza da Pátria deu por aberta a sessão. Após chamada regimental de presença dos vereadores, o Secretário faz a Leitura da Ata Anterior que depois de lida e colocada em votação é aprovada por todos os vereadores presentes. Na pauta do dia o **REQUERIMENTO 03/2021**, do Sr. José Aldo de Lima, O 1º secretário, Saulo Moura, leu o Requerimento, onde cita: “... *requero a V. Exa. que, ouvido o Plenário, seja solicitada ao Senhor Klever Rêgo Loureiro, DESEMBARGADOR-PRESIDENTE do Tribunal de Justiça de Alagoas, informação sobre o andamento do Processo do Sr. Arnaldo Higino Lessa, que o levou a prisão em flagrante pelo Ministério Público recebendo propina do desvio de dinheiro da Educação, do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em novembro de 2017.*” Prosseguindo, o vereador Aldo explicou que não se trata de motivos pessoais, mas sim de apenas uma explicação, uma informação desse processo, porque desde 2017 o processo se encontra parado. Em seguida o Presidente submeteu a votação do Plenário, a aprovação do Requerimento, onde foi aprovado por 05(cinco) votos a 02(dois). Informou logo em seguida a secretaria da Câmara para enviar ao e-mail do TJ-AL, que desse modo fora feito. Seguindo, o Vereador Saulo Moura sugeriu ao Presidente para a próxima sessão, um outro Requerimento para o TCU-AL e ao **Ministério Público Federal** sobre a **Prestação de Contas** que levou à cassação do registro da candidatura do Sr. Arnaldo Higino Lessa, que fora encaminhado dia 06/09/2017, para o MPF e não tem nenhum posicionamento da Justiça nem processo sobre a prestação de contas. Sugeriu marcar uma audiência no TCU-AL e também ir ao MPF, porque esse tipo de processo fica on-line e se eles que são fiscais da Lei não forem se informar do andamento, depois de 5 anos do término do mandato, os processos prescrevem e perdem a validade. O Presidente também sugeriu chamar o **Portal 7 Segundos** para fazer a cobertura e informar a todos. Saulo pediu também a volta do carro de som na porta da câmara. Após uma fala do Sr. Saulo Moura, em que ele falou que quando se dirige ao MP de Girau, há uma possibilidade grande de posicionamento contrário ou dificuldades e empecilhos e deve levar isso ao conhecimento do MPF, mas o Vereador Têo Higino entendeu e indagou se isso seria uma insinuação da Mesa de que tudo que for pedido em Girau, ao Promotor, é negado apenas pra eles, ou seja, induz a pensar que ele seja a favor apenas da situação. O Vereador Saulo explicou que não era isso, mas que em fevereiro deste ano, eles tiveram uma audiência no MP-Girau do Ponciano, onde foram reclamar de um pedido de informação feito na Prefeitura com mais de 30 dias sem resposta e o Promotor sugeriu que entrassem com um mandado de segurança, onde ele mesmo poderia promover uma ação civil contra o Município, e não o fez. Mas notificou a câmara de umas ações antigas de outras gestões da Câmara que não tinha nada a ver no momento, e que já havia sido resolvida. Então por isso, estão levando a Procuradoria Geral do Estado. Prosseguindo, numa discussão sobre o **Projeto do CACS-FUNDEB**, foi explicado que o Ministério Público pediu uma audiência com o Executivo e o Legislativo para tratar desse assunto. E Por isso

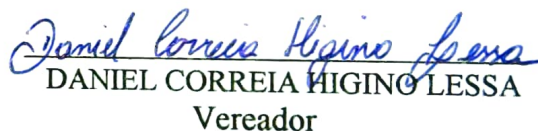
ainda estava em trâmite. O Vereador Aldo pediu a palavra e cumprimentou a todos. Explicou também que pediu o requerimento porque faz parte das comissões e tem de estar a par de tudo para não fazer nada errado, assim como são os Projetos de ultima hora, que chegam com urgência, sem ter tempo de analisar, porque ele não vota. Mas o Vereador Téo o indagou se ele ia passar 1 ano para analisar. Mas ele disse que não tinha pressa de votar projetos sem procurar saber dos detalhes. O vereador Edson Dantas, falou concordando que tem de ser analisado sim, mas que já tinha passado muito tempo, que o Papel do Presidente era colocar o Projeto no Plenário, mas logo foi alertado pelo 1º secretário que apenas depois de ouvir as comissões. Em seguida o Vereador Daniel Higinio perguntou o que deveria ser analisado, se havia alguma parte a modificar. E todos entraram num acordo e que o Vereador Téo Higinio traria na próxima sexta-feira o Técnico da Educação para explanar as diretrizes desse projeto para todos entenderem e votar. Indagado pelo Sr. Willey, conselheiro Tutelar, sobre o Projeto já aprovado pela Câmara, que fala da ONG Criança Feliz, foi lembrado que o Executivo nunca sancionou a Lei e isso era mais um crime cometido pela Prefeita, mais uma infração Politico Administrativa, falta de respeito para com o Legislativo. Facultada a palavra e como não havia mais oradores, nem matéria a deliberar o Sr. Presidente, em nome de Deus, deu por encerrada a sessão.

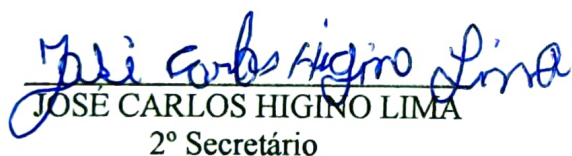
Campo Grande – AL, 14 de maio de 2021.


JOSÉ FELICIANO LESSA LEANDRO
Presidente


TEÓGENES HIGINIO MELO LESSA
Vereador


SAULO LEVI DE MOURA
1º Secretário


DANIEL CORREIA HIGINIO LESSA
Vereador


JOSÉ CARLOS HIGINIO LIMA
2º Secretário


EDSON DANTAS
Vereador


JOSÉ LUÍS
Vereador


JOSÉ ALDO DE LIMA
Vereador